VII Simpósio Nacional de História Cultural
HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES
Universidade de São Paulo – USP
São Paulo – SP
10 e 14 de Novembro de 2014

AS IMAGENS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: LEITURAS DE REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Rayssa Andrade Carvalho*

O presente trabalho compreende as reflexões iniciais do trabalho dissertativo em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Assim, temos o intuito de discutir possíveis leituras de representações imagéticas de mulheres negras em livros didáticos de História para o Ensino Fundamental, utilizados na rede pública de ensino do estado da Paraíba, na década anterior (1990) e posterior (2000) a aprovação da Lei 10.639/2003.

Para tanto, destacamos os debates acerca da análise de imagens na produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, ressaltamos as obras do autor Eduardo Paiva (2002) e da autora Circe Bittencourt (2004) que tratam das abordagens teórico-metodológicas acerca da análise e leitura de imagens e suas articulações com o campo da História e do ensino de História.

Ainda, nos aportamos teoricamente na História Cultural, utilizando o conceito de representação de Roger Chartier (2002). Nesse sentido, investigamos como as mulheres negras aparecem nas imagens dos livros didáticos, entendendo o contexto em que tais representações foram produzidas, e como essas imagens, enquanto

* Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba. Graduada em História pela mesma instituição, em 2013. Participa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História (GEPEH/UFPB). E-mail: carvalho_rayssa@yahoo.com.br

representações, com todos os elementos que as constitui, são inseridas numa literatura didática. Salientando que estas produções didáticas possuem uma "natureza" própria – enquanto fonte histórica singular, relacionada às políticas editoriais, mercadológicas e às políticas educacionais que envolvem o governo, as instituições escolares e a Academia, e às normas educacionais sobre essas produções didáticas, como o Programa Nacional do Livro Didático. Assim, torna-se necessária a análise dos contextos de sua produção, que também podemos considerar como uma forma de representação numa linguagem com fins pedagógicos.

Portanto, ponderamos como essas representações contribuem para a construção de uma cultura escolar que ou reforça ou combate os preconceitos e as discriminações nas relações étnico-raciais no ensino de História.

OS LIVROS DIDÁTICOS NO BRASIL: FONTES PARA A PESQUISA NO ENSINO DE HISTÓRIA

A historiadora Margarida Oliveira discute na sua tese, intitulada *O Direito ao Passado*, defendida em 2003, acerca do surgimento e conformação do ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil, sobretudo desenvolvido nas áreas de conhecimento da Educação e da História. Dessa forma, destaca que até a década de 1960, no Brasil, o ensino de História foi concebido como um campo restrito a formação de docentes e não havia uma compreensão sistemática deste como objeto ou campo de pesquisa (2003, p. 38).

Contudo, no final da década de 1970, houve mudanças no cenário educacional com o início do processo de democratização do acesso à escola e a transformação do sistema de ensino que passou a adotar uma formação comum aos cidadãos. Nesse contexto de instituição do ensino de História como campo de pesquisa, a autora afirma que "os questionamentos formulados nos anos anteriores, em relação à cultura, ao comportamento e à educação/escola, haviam sido tão profundos e amplos que, de fato, instalou-se uma nova forma de relação educação/escola/sociedade no mundo e no Brasil" (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

Assim, esse período de formação dos cursos de pós-graduação, na década de 1970, e a conjuntura da abertura política e a redemocratização, foram fatores que

propiciaram o desenvolvimento das pesquisas no ensino de história e o surgimento de diversas linhas de pesquisa nesse campo (ZAMBONI, 2001).

Sobre esse processo Ferreira e Franco (2008) ressaltam que

> A comunidade acadêmica começava a propor novos termos para o debate sobre as diretrizes curriculares das graduações de história, delineando de forma mais clara a oposição entre a formação de professores e a de pesquisadores, entre a licenciatura e o bacharelado. O ingresso de novas gerações nos programas de pós-graduação nos anos 1970 e, posteriormente, nos quadros das universidades, trouxe sem dúvida uma melhor qualificação dos profissionais, cada vez mais voltados para pesquisas inovadoras e para o ensino da pós-graduação. No entanto, a priorização da carreira acadêmica e uma excessiva especialização temática dos objetos de investigação colocavam em um plano secundário a formação de docentes. A preocupação em formar alunos que fossem atuar como professores nos níveis médios e que deveriam receber conhecimentos que permitissem sua melhor preparação para o magistério ficava cada vez mais desvalorizada. Na prática, estabelecia-se paulatinamente uma separação radical entre os cursos de graduação e as Faculdades de Educação, responsáveis por ministrar os conteúdos pedagógicos. (p. 88).

Nesse sentido, alguns estudos começam a apontar para os problemas na formação docente, sobretudo a partir da década de 1980, e sobre o papel do professor. Sendo produzidos trabalhos que tratavam da instituição dos cursos de licenciatura curta pela Lei 5.692[1], de 1971, principalmente para a instituição da disciplina de Estudos Sociais, que abarcavam as disciplinas de História e Geografia, no período da ditadura civil-militar, no Brasil. Assim, nesse período novos elementos foram colocados na pauta da discussão da desvalorização da formação de professores em detrimento da formação de pesquisadores (FERREIRA E FRANCO, 2008).

Nesse ínterim, alguns temas/objetos ganham destaque no campo de pesquisa como os manuais didáticos e/ou os livros didáticos que se consolidaram como objeto de pesquisa, com as primeiras publicações de relevo na década de 1980[2]. Destarte, uma gama de pesquisadores começou a explorar o tema e escrever sobre ele, consolidando-se como um campo próprio de estudos nas últimas duas décadas.

[1] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para o ensino de 1º e 2º graus, sancionada em 11 de agosto de 1971.

[2] Algumas dessas obras: ECO, Umberto. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980. (Novas buscas em educação; v. 6); NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. 12. ed. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

Pois, no contexto da abertura ou "democratização" política no Brasil, o livro didático assumiu um papel central no suprimento das deficiências dessa "democratização", pois com o aumento do acesso a educação básica e a ampliação dos anos de estudo, com a LDB de 1971, houve uma insuficiência de docentes nas salas de aulas fazendo com que os manuais assumissem esse papel de destaque no processo de ensino.

O autor Kazumi Munakata, no prefácio do livro de Kênia Moreira e Marilda da Silva, afirma que até recentemente os estudos sobre livros didáticos eram vistos com desconfiança e incredulidade (2011, p. 12). Contudo, esse quadro começa a mudar na década de 1990, assim um dos trabalhos que marca esse campo de pesquisas é a tese de Circe Bittencourt "Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar", defendida em 1993. Margarida Oliveira (2003, p.125) destaca que "esse trabalho de 369 páginas, incluindo a Bibliografia, é grandioso. A diversidade de aspectos de que a autora trata [...] é notável.", além de demonstrar a complexidade do livro didático como objeto de estudo. Munakata (2012, p. 183) – importante estudioso sobre livros didáticos – ainda ressalta a importância do referido estudo de Bittencourt como uma obra impulsionadora no campo, que marcou uma nova fase com o aumento dos estudos sobre a temática no país.

Nesse sentido, colocou-se a necessidade de entender os aspectos que envolvem os livros didáticos de História, no Brasil, a saber: *as políticas editoriais* (o processo de produção); *as políticas comerciais* (o mercado e a comercialização); *as políticas públicas* (a seleção, a compra e a distribuição dos livros didáticos pelo Estado); e *os usos do livro didático*.

Ademais, as renovações das perspectivas teórico-metodológicas e dos paradigmas no campo historiográfico, dos quais já tratamos na Introdução, abriram espaço para a utilização do livro didático como fonte para a pesquisa histórica, com abordagem no ensino. Desse modo, os modelos da História Cultural ou "Nova História" emprestaram sentidos novos ao livro didático, o colocando como artefato de uma cultura escolar e geral da sociedade, sendo objeto e fonte de pesquisas.

Também, os livros didáticos passam a ser pensados além de sua funcionalidade pedagógica, concebidos ainda como "produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas." (CHOPPIN *apud* BITTENCOURT, 2004, p. 69).

Atualmente, os livros didáticos passam por várias etapas até chegar à escola. A esse respeito, Ferreira e Franco (2008) fazem uma síntese explicitando o processo.

> A rede pública adquire seus livros didáticos através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do MEC, seja para o ensino fundamental, seja para o ensino médio – neste último caso, trata-se do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM). A cada três anos os livros são apresenta dos pelas editoras, são analisados por pareceristas da área de signa dos pelo PNLD e, quando são aceitos, passam a constar do *Guia de livros didáticos*. Nele os professores da rede pública escolhem o livro que adotarão no próximo ciclo de três anos, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) negocia a compra com as editoras. No ensino fundamental, cada aluno tem direito anualmente a livros de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia; no ensino médio, a livros de língua portuguesa, matemática, história, biologia, química, geografia (a partir de 2008) e física (a partir de 2008). (p. 82).

Nesse sentido, os autores nos demonstram em números a liderança dos livros didáticos no mercado editorial, e o Ministério da Educação (MEC) por meio do FNDE como o grande comprador de LDs em âmbito internacional, dentre os programas com maior orçamento está o PNLD[3], em 2007, cerca de 69% ou 900 milhões de reais foram destinados ao programa.

Acerca do processo de escolha, destacamos que estamos realizando o mapeamento dos livros ou coleções didáticas com maior distribuição para os anos finais do Ensino Fundamental, entre os anos de 2000 a 2014, nas escolas públicas do estado da Paraíba. Nesse sentido, observaremos o tempo que essas produções ficaram em circulação nas instituições de ensino, para assim, elencarmos um número razoável de obras didáticas que seja viável para o desenvolvimento do trabalho de dissertação a ser concluído nos prazos determinados. Dessa forma, o levantamento das fontes para a pesquisa está sendo feito no sítio eletrônico desenvolvido pelo FNDE (https://www.fnde.gov.br/distribuicao**simad**net/filtroDistribuicao). Nesse endereço eletrônico o FNDE disponibiliza para qualquer pessoa com acesso a internet, informações referentes à distribuição de materiais didáticos pelo MEC. Assim, as informações estão agrupadas no **Sistema do Material Didático – SIMAD**.

[3] O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 1985 em substituição do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), e o Guia do Livro Didático é instituído no ano de 1995. (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 37). Acerca do PNLD e do Guia, trataremos mais detalhadamente das indicações que trazem em seus documentos, principalmente, sobre o papel das imagens nos LDs de História.

O levantamento documental está sendo feito por município[4]. Portanto, faremos uma análise geral dos livros didáticos escolhidos, a saber, iniciamos com a apresentação dos aspectos materiais do livro. Ademais, partimos para a exposição das informações editoriais e autorais[5] do livro, nessa perspectiva, relacionamos aos aportes pedagógicos e historiográficos utilizados na escrita e organização do livro didático.

Orientamos a escolha dos livros didáticos pelo critério dos que foram em maior quantidade distribuídos pelas escolas das cidades elencadas para servirem como amostra da pesquisa. Assim, no primeiro recorte temporal da pesquisa (2000 e 2001) que corresponde ao período anterior a Lei 10.639, indicamos dois títulos para a análise, que apareceram até o momento nas nossas pesquisas como os mais adotados:

- História – Edição Reformulada, com a autoria de José Roberto Martins Ferreira. Publicada pela Editora FTD, no ano de 2000. Sendo a primeira edição do ano de 1999. (Anexo 6)
- História Passado Presente: Brasil Império e República, das autoras Sonia Irene do Carmo e Eliane Couto, publicado pela Editora Atual, pertencente ao grupo Saraiva. (Anexo 7 e 8)

AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

A autora Circe Bittencourt (2004, p. 69), no artigo "Livros didáticos entre textos e imagens", afirma que já em meados do século XIX, os manuais possuíam litogravuras de cenas históricas e mapas intercalados aos textos escritos. Segundo a autora, essas imagens parecem concorrer, em busca de espaço, com o texto escrito. E esse fator parece mais sensível em materiais didáticos produzidos para o Ensino Fundamental (anos iniciais e finais).

No entanto, apesar da multiplicidade de imagens utilizadas nos livros, no último século, e da importância desse recurso na cultura histórica escolar, "a reflexão sobre o papel que efetivamente desempenham no processo de ensino e aprendizagem é escassa." (BITTENCOURT, 2004, p. 70). Nesse sentido, nosso estudo pretende tecer contribuições

[4] Neste caso, as onze cidades escolhidas para a pesquisa são: Bayeux, Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Santa Luzia, Santa Rita e Sousa. Estas constituem-se as principais cidades das mesorregiões paraibanas.

[5] Aportamo-nos nas reflexões de Michel de Certeau (2013) acerca do conceito de lugar social para enriquecer tal discussão.

acerca da análise referida por Bittencourt, contudo, sabemos das limitações desse trabalho no que concerne à análise das leituras feitas das representações iconográficas das mulheres negras pelos professores/as e pelos alunos/as, também no contexto do processo pedagógico.

Nessa perspectiva, as reflexões sobre a temática proposta partiram da prática pedagógica de uma docente/pesquisadora que vivenciou durante diversos momentos, nessa ação, como as representações dessa população negra na História influem diretamente na construção da identidade desses sujeitos.

Além disso, a construção deste objeto de pesquisa se fez a partir do aprofundamento dessas questões pensando a respeito da trajetória de lutas dos Movimentos Sociais Negros pela representação da população negra no ensino, construída a partir da afirmação da contribuição desses sujeitos na História do Brasil e, ainda, pelo reconhecimento das matrizes africanas. Portanto, tomamos a lei 10.639/03 como um marco essencial no tratamento das questões étnico-raciais, pois, constitui-se como importante política pública, na educação, no combate ao racismo no Brasil (SANTOS, 2005), ainda, entendida como uma política fruto de um processo de embates em diversas instâncias do governo e da sociedade civil organizada (ROCHA, 2013). Assim, entendemos que a implementação da mencionada Lei colocou demandas relativas às representações da população negra em diversos espaços da sociedade, portanto, nos ambientes educacionais. Nessa perspectiva, inserimos nosso estudo no contexto das discussões das mudanças curriculares na educação básica, a respeito das relações étnico-raciais, especialmente no ensino de História. Assim, buscamos refletir, como essas representações contribuem para a construção de uma cultura histórica que ou reforça ou combate os preconceitos e as discriminações nas relações étnico-raciais.

Portanto, entendemos as imagens e os textos contidos nos livros didáticos que iremos analisar como representações que são uma "realidade de múltiplos sentidos" (CHARTIER, 2002, p. 11). Desse modo, o historiador Roger Chartier destaca que "a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler." (2002, p. 17). E, nesse sentido, pensar como as representações construídas são "determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam" ou o que Chartier chama de "lutas de representações" (2002, p. 17).

Desse modo, os estudos da socióloga Núbia Moreira (2011), colocam as representações construídas sobre as mulheres negras, em obras como *Casa Grande e Senzala* do sociólogo Gilberto Freyre, publicada em 1933, que ressaltam duas imagens principais, que são retratadas na literatura desde o período colonial e repassadas pela tradição oral: uma é a imagem da "bela mulata", que atribui à mulher negra uma sensualidade exacerbada, destinando-a exclusivamente ao sexo e ao prazer dos homens. A outra imagem recorrente é a de "mãe preta", que é atribuída às mulheres negras que cuidavam dos filhos e da casa das senhoras e são retratadas como mulheres sem uma subjetividade, com um comportamento sempre servil (MOREIRA, 2011, p. 25-29).

Entretanto, principalmente, com a emergência das novas perspectivas teóricas esses sujeitos históricos passaram a ser visibilizados no âmbito da historiografia. Nessa perspectiva, na década de 1980, as mulheres negras começaram a ser retratadas em obras como, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila Dias, publicada em 1984, na qual trata pioneiramente das práticas sociais e cotidianas de negras, escravizadas e libertas na cidade de São Paulo, no século XIX (PAIXÃO; GOMES, 2012). Mais recentemente, observamos uma produção que se torna expressiva da qual citamos a coletânea *Nova História das Mulheres no Brasil*, organizada por Carla Pinsky e Joana Pedro, no qual encontramos o texto *Mulheres Negras: Protagonismo Ignorado*, da autora Bebel Nepomuceno; e ainda ressaltamos a coletânea *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*, organizada por Giovana Xavier, Juliana Farias e Flavio Gomes, no qual temos dezenove artigos da temática em diversos períodos históricos, ambas as coletâneas foram publicadas em 2012.

Dessa forma, percebemos que as mulheres negras começaram a ganhar destaque nas produções historiográficas nas últimas décadas, sendo colocadas como protagonistas que contribuíram nos âmbitos econômico, social e cultural e, ainda, na esfera política com a inserção das mulheres negras no cenário político brasileiro, nos movimentos sociais. Nessa perspectiva, temos uma expressiva produção na área das Ciências Sociais e Humanas, no país, sobre o Movimento de Mulheres Negras, que emerge na década de 1980, principalmente, das intelectuais militantes que produziram estudos sobre as condições dessas mulheres na sociedade e sobre os estereótipos que permanecem nas relações sociais, raciais e de gênero.

Nos estudos no âmbito do ensino de História, percebemos uma significativa produção na área da História da Educação, pois, encontramos estudos sobre as trajetórias

de professoras negras e sobre a história da educação escolar da população negra. Porém, não identificamos trabalhos mais específicos articulando as mulheres negras, na dimensão da sua representação, com o ensino de história, sobretudo nos estudos sobre o livro didático. Entre os estudos focados na representação do negro, destacamos o texto de José Ricardo Oriá, *O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações*, publicado em 1996. Esses estudos analisaram homens negros e mulheres negras de forma generalizante, contudo, entendemos a necessidade de se trabalhar as categorias históricas de forma articulada, com o objetivo de desnaturalizar as condições históricas desses sujeitos e demonstrar a complexidade das relações socioculturais estabelecidas.

Também consideramos que a utilização das categorias de análise como o gênero, classe e raça serão interessantes para a pesquisa, pois possibilita o estudo relacional dos sujeitos. Estes se tornam essenciais para pensarmos as representações das mulheres negras, permitindo compreender as suas relações com os outros sujeitos históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, faremos a análise das imagens das mulheres negras nos livros didáticos de História pesquisados, buscando identificar como estão compostas estas representações iconográficas no contexto dessas produções e o que essas representações nos demonstram acerca do papel e dos lugares e não lugares dessas mulheres na sociedade brasileira no período em que foram retratadas e suas imbricações com os estereótipos atuais.

Assim, nosso foco será o recorte do período oitocentista, pois, acreditamos que temos a maior possibilidade de encontrar as mulheres negras representadas em pinturas e fotografias, acompanhadas ou não de outros personagens. Entretanto, esse recorte pode sofrer alterações na medida em que entrarmos em contato com todas as nossas fontes, pois, sabemos que a utilização de imagens em livros didáticos de História é uma questão repleta de variantes que perpassam a processo de edição do livro.

Neste texto, pretendemos esboçar algumas reflexões do nosso trabalho, contudo, ainda não conseguimos apresentar resultados da pesquisa, mesmo que parciais, visto que a mesma encontra-se em fase inicial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 jul. 2013.

COUTO, Eliane F. Bitencourt; CARMO, Sonia Irene do. História Passado Presente: Brasil Império e República. São Paulo: Editora Atual, 2000.

FERREIRA, José Roberto Martins. História- Edição Reformulada. São Paulo: FTD, 2000.

SISTEMA DO MATERIAL DIDÁTICO – SIMAD. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/distribuicaosimadnet/filtroDistribuicao. Acesso em: 12 set. 2014.

Bibliografia

BITTENCOURT, Circe (Org.) et. al. O saber histórico na sala de aula. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o Ensino)

BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 41, jan./jun., 2008, p. 79-93.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Revista Currículo Sem Fronteiras, v. 12, n. 1, jan./abril, 2012, p. 98-109. Disponível em: < www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf> . *Acesso em: 30 mar. 2014.*

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 127-136.

MOREIRA, Kênia Hilda; SILVA, Marilda da. Um inventário: o livro didático de História em pesquisas (1980-2005). São Paulo: Unesp, 2011.

MOREIRA, Núbia Regina. A Organização das Feministas Negras no Brasil. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: Protagonismo ignorado. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Orgs.). Nova História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 382-409.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Direito ao Passado: Uma discussão necessária à formação do profissional de história. Recife, Tese (Doutorado em História), PPGH/UFPE, 2003.

ORIÁ, José Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Textos de História, Brasília, v. 4, n. 2, 1996, p. 154-165. Disponível em: < http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewArticle/5790> Acesso em: 30 mar. 2014.

PAIVA, Eduardo França. História & Imagens. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Orgs.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 297-313.

ROCHA, Solange P. A lei 10.639/03 na primeira década: reflexões, avanços e perspectivas. In: AIRES, José Luciano de Queiroz *et. al.* (Orgs). Diversidades étnico-raciais e Interdisciplinaridade: diálogos com as leis 10.639 e 11.645. Campina Grande: EDUFCG, 2013, p. 299-341.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 21-38. (Coleção Educação para todos)

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, n. 2 jul/dez, 1990, p. 5-22.

SOIHET, Raquel. Introdução. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 11-21.

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de história. Saeculum – Revista de História, João Pessoa: DH/UFPB, n. 6/7, jan./dez., 2000/2001, p.105-117.